

PARECER INDEPENDENTE

sobre a primeira emissão de título verde da Rio Casca Energética S.A.¹ em 2023

Valor da emissão: R\$ 550.000.000,00

Vencimento: Maio de 2043

Alinhamento com ODS:		Alinhamento GBP:	• Energia Renovável
		Alinhamento CBI:	• Energia Solar

GBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos fortes	Pontos de melhoria
Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos recursos direcionados para CAPEX de projeto de energia solar (Projeto Janaúba XV a XX e Linha de Transmissão Janaúba I 500 kV, integrantes do Complexo Janaúba); ✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, Taxonomia EU e <i>Climate Bonds Initiative</i>; ✓ Alocação de recursos em reembolso de gastos ocorridos até 24 meses antes da emissão. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Direcionamento de 100% dos recursos para reembolso de projeto já operacional, desde abril de 2023.
Processo de seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Emissão alinhada com estratégia da Elera Renováveis e ausência de controvérsias ASG relacionadas ao projeto elegível; ✓ A emissora demonstrou capacidade interna adequada para garantir que os benefícios ambientais identificados sejam atingidos, monitorados e reportados; ✓ Apresentou sistema formalizado de gestão ambiental, que conta com auditorias externas periodicamente; ✓ O Projeto Janaúba XV a XX (fase II) gerou 530.545 MWh de energia no ano de 2023 (entre abril e dezembro). Estima-se 236.065,18 tonCO2e de emissões evitadas associadas à essa geração de energia; ✓ Projeto elegível não apresenta interferência com áreas sensíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Ausência de plano formalizado de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil; ✗ Projeto elegível está localizado em área cujo índice de segurança hídrica é baixo, mas os órgãos licenciadores aplicáveis não solicitaram medidas para mitigar e/ou compensar possíveis impactos em nenhuma documentação fornecida pela empresa.
Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Total dos custos do projeto elegível superior ao valor da emissão verde; ✓ O projeto elegível não foi objeto de outras emissões verdes ou rotuladas; ✓ Gastos a serem reembolsados comprovados através de declarações de importação e notas fiscais fornecidas pela empresa. 	
Relato		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O relato dos indicadores de benefícios ambientais será disponibilizado público em geral através do Relatório ESG, no site da empresa, enquanto o ativo estiver em operação; ✓ Emissora se comprometeu com verificação externa de indicadores de benefícios ambientais em até 24 meses após a emissão; ✓ Parecer pré-emissão e Relatório de verificação pós-emissão serão disponibilizados ao público em geral através do Relatório ESG, disponível em website próprio. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Os indicadores de benefícios ambientais serão reportados de forma agregada, por fonte de energia, sem que se possa identificar os impactos específicos do projeto elegível (Janaúba XV a XX); ✗ Não foi determinado o prazo de duração do relato.

Gestão socioambiental dos projetos e da empresa

Pontos fortes:

- ✓ Geração de energia renovável a partir de fonte solar;

¹ 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em duas séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, sem Análise Prévia, da Rio Casca Energética S.A.

-
- ✓ Foi desenvolvido um Relatório de Controle Ambiental (RCA) por consultoria ambiental especializada para o Complexo Janaúba.
 - ✓ Foi realizado um Diagnóstico Socioeconômico da implantação do Complexo Janaúba, por consultoria independente, a partir da perspectiva de diversos stakeholders, a respeito da eficácia e efetividade das medidas realizadas pela empresa frente aos impactos socioambientais gerados pelas obras;
 - ✓ Possui auditorias ambientais de conformidade legal e a mais recente, realizado em fevereiro de 2023, apresentou 93% de conformidade;
 - ✓ Possui uma "matriz de monitoramento de medição" que inclui todos os pontos e parâmetros a serem monitorados e acompanhados frente aos padrões legais, metas e objetivos definidos.
 - ✓ Possui uma matriz de riscos de segurança que quantifica e categoriza o perigo, as barreiras de segurança e lista as tarefas críticas.
 - ✓ Possui relatório que informa das iniciativas executadas até então e em andamento e boas práticas na gestão socioambiental, "Contrapartidas econômicas, sociais e ambientais", de julho de 2023.
 - ✓ Conta com programas de monitoramento voltados para recuperação para áreas degradadas, fauna silvestre, dos processos erosivos, qualidade do ar e outros temas;
 - ✓ Sem aparente interferência em territórios quilombolas ou indígenas;
 - ✓ Sem interferências em unidades de conservação ou outras áreas sensíveis.
-

Pontos de melhoria:

- * Ausência de evidência de monitoramento e gestão da saúde e segurança colaboradores.
-

Sumário

1. Escopo	4
Declaração de Responsabilidade	6
2. Opinião.....	7
3. Análise ASG da Elera Renováveis	17
4. Análise ASG do projeto elegível	26
Green Bond Principles Form	40
Método	46

1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, sem Análise Prévia, da Rio Casca Energética S.A (“Emissora” ou “Rio Casca”), subsidiária da Elera Renováveis S.A. (“Elera”).

Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados pela Rio Casca para o reembolso de gastos e despesas relacionados à implementação do Complexo Janaúba e sua Linha de transmissão associada (“Projeto”), localizado no estado de Minas Gerais.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles (GBP)*², os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*³, a *Climate Bonds Taxonomy*⁴ da *Climate Bonds Initiative* e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da ERM é baseada em:

- Análise da emissão, de acordo com a escritura da emissão;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da Elera Renováveis a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Elera Renováveis, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão de debêntures, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre outubro de 2023 e junho de 2024.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente e obtenção de evidências;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A ERM teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

² <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

³ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A Elera pretende obter a classificação de título verde para a presente emissão, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais como o Guia de Dívida Sustentável no Brasil (2023), Guia para Ofertas de Títulos ESG (2022), a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia (2020) e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa avaliação será confirmada por meio de um Relatório de Verificação Pós-Emissão a ser realizado em até 24 meses após a emissão.

Declaração de Responsabilidade

A ERM não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Rio Casca S.A. ou da Elera Renováveis S.A., do grupo ao qual pertence ou de suas subsidiárias. A ERM foi responsável pela elaboração de outro Parecer Independente⁵ sobre uma emissão de títulos verdes da companhia, realizada em dezembro de 2022. A ERM declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures verdes da empresa.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Elera Renováveis. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁵ [Elera - SPO Titulo Verde 20221121v3.pdf](#)

2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, as debêntures emitidas pela Rio Casca S.A estão em conformidade com os *Green Bond Principles* (GBP) e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento dos GBP, os quais são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no [Anexo I - Método](#). A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes do mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Descrição da análise do Título Verde da Elera Renováveis

Princípios e classificação	Análise e descrição
<p data-bbox="199 1420 328 1480">Uso de recursos</p> 	<p data-bbox="384 1081 1428 1305">Descrição do uso de recursos: Os recursos captados por meio da presente emissão serão destinados, exclusivamente, para o reembolso de gastos relacionados à implementação do projeto Complexo Solar Janaúba, localizado em Minas Gerais. O projeto é composto por 20 parques solares, sendo o maior complexo fotovoltaico do Brasil, com capacidade instalada total do empreendimento de 1,2 GW. A fase I do complexo começou a operar em outubro de 2022 e a fase II em abril de 2023.</p> <p data-bbox="384 1339 1428 1563">O lastro da emissão será a fase II de Janaúba que tem como escopo as SPE's de XV até XX. Além das usinas fotovoltaicas, o empreendimento, conta com uma Linha de Transmissão (LT) dedicada. Vale comentar que o projeto a ser financiado com a emissão se enquadra na Lei 12.431/2011 de debêntures incentivadas do Ministério de Minas e Energia (MME), sendo considerado um projeto prioritário segundo a Portaria nº 332/SPE, de 03 de setembro de 2020.</p> <p data-bbox="384 1597 1428 1821">A totalidade do recurso da emissão será destinada ao reembolso de gastos e despesas para investimento em despesas de capital (CAPEX) do Complexo Solar Janaúba e representam aproximadamente 20% dos gastos totais com o Projeto, conforme na Tabela 2. A comprovação de reembolso foi realizada através de declarações de importação da Secretaria da Receita Federal e Notas Fiscais, verificadas pela ERM. Nesse sentido, afirma-se que o valor da emissão não supera o valor gasto com CAPEX do projeto elegível.</p> <p data-bbox="384 1854 1428 1989">Alinhamento com standards de sustentabilidade: O uso de recurso está alinhado com a categoria de energia renovável dos <i>Green Bond Principles</i>, que reconhecem a geração de energia solar como categoria de projeto elegível para caracterização como Título Verde.</p>

Adicionalmente, a *Climate Bonds Taxonomy* considera como elegível ao título climático a categoria de projetos relacionados à energia fotovoltaica, conforme especificações a seguir:

- Desenvolvimento, construção e operação de plantas de geração de eletricidade fotovoltaica *onshore* e *offshore*;
- Infraestrutura de transmissão totalmente dedicada a complexos solares.

A Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia considera que atividades de construção e operação de instalações de geração de energia elétrica a partir de energia solar fotovoltaica contribuem para a transição para uma economia de baixo carbono. No entanto, para serem elegíveis às operações verdes, devem operar com equipamentos cujas emissões de ciclo de vida sejam inferiores a 100gCO₂e/kWh, caindo para 0 gCO₂e/kWh até 2050.

De acordo com a publicação “Não Perca Esse Bond”, o investimento em energia solar pode ser elegível a emissão de títulos verdes e está alinhada ao Acordo de Paris, o qual determina que as nações signatárias devem estabelecer estratégias para limitar o aquecimento médio do planeta abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. A publicação indica que investimentos em energia solar, como nesta emissão estão alinhados a um cenário de 1,5°, uma vez que apresentam reduções superiores a 90% nas emissões de GEE, quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as fontes de geração de energia solar fotovoltaica têm se mostrado economicamente mais competitivas frente às outras fontes que estão se expandindo na matriz energética brasileira. Existe, também, a perspectiva de que o volume de energia renovável não convencional siga crescendo: é esperado que a geração de eletricidade das fontes eólica, fotovoltaica, incluída a micro e minigeração distribuída, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas represente 43% da matriz elétrica brasileira em 2031. Isso significa um acréscimo de 14 pontos percentuais da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas⁶.

Alinhamento com a agenda 2030: Não obstante, projetos de energia renovável também estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. Mais especificamente ao ODS 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e ODS 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”), conforme mostra a Tabela 1, abaixo.

⁶ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2030-e-entregue-ao-presidente-da-republica/PDE2030.pdf>

Tabela 1 - ODS e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
	7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.

Nível de alinhamento com melhores práticas: A emissão pode ser considerada alinhada ao componente Uso de Recursos (*Green Bond Principle 1*) em termos de alocação exclusiva dos recursos para CAPEX e reembolso em até 24 meses antes da emissão, para projetos com entrada em operação em julho de 2023. No entanto, como os recursos serão direcionados exclusivamente para reembolso de um projeto já operacional, a classificação do componente é **Confortável**

Alinhamento da emissão com estratégias ASG da Elera Renováveis: A Elera Renováveis é uma empresa de geração de energia renovável parte de uma rede global, tendo como principais acionistas a Elera Renováveis Participações, a Brookfield Renewable Partners e a Brookfield Asset Management. A Brookfield Renewable está presente na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia.

Entre Brasil, Chile e Uruguai, a Elera Renováveis possui 113 ativos de geração de energia renovável em operação, dos quais 42 hídricos, 30 solares, 37 eólicos e 4 de biomassa, com 3,3 GW de potência instalada. A empresa atua no Brasil há 22 anos. Em seu relatório ESG a Elera destaca que sua participação no mercado nacional de energia renovável foi de 1,5%. A potência instalada e em operação no Brasil foi de aproximadamente 3,2 GW, frente a uma potência outorgada da matriz elétrica brasileira de 200,869 GW, segundo dados do Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA). Vale comentar também que, em 2023, a empresa divulgou seus dados climáticos por meio da participação no CDP Climate Change, iniciativa voltada à mitigação das alterações climáticas.

Conforme consta em seu relatório ESG, do total de energia elétrica consumida pelas usinas da companhia, apenas 7% são provenientes de fontes não renováveis. Além do incentivo ao uso de combustíveis renováveis, a empresa possui iniciativas de eficiência energética e um Plano de Mitigação de Emissões da companhia, cujo objetivo é reduzir ao máximo a dependência das operações por combustíveis fósseis.

O objetivo da emissão é financiar a geração de energia elétrica a partir de uma das categorias de energia renovável, a energia solar, que graças à conversão dos raios solares em energia elétrica, não emite gases poluentes ou de efeito estufa (GEE) na atmosfera. O projeto possui potencial de ampliar a disponibilidade de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN) e a emissão está alinhada com as iniciativas e políticas ASG da Elera, reforçando sua estratégia de negócio de minimizar os impactos ambientais e contribuir com uma economia sustentável.

Processo de seleção e avaliação de projetos



Benefícios ambientais esperados: Os projetos de energia solar promovem a redução das emissões de gases de efeito estufa e dependência de combustíveis fósseis no setor elétrico, já que são uma fonte de energia renovável e limpa, que não emitem poluentes em seu processo de geração.

O Complexo Solar de Janaúba possui uma capacidade de 1,2 GWp e está em processo de expansão para 1,6 GWp. O Complexo é o maior parque de geração de energia fotovoltaica do Brasil, com 1.020 MW considerando as fases I e II.

O projeto elegível aos recursos da presente emissão, Projeto Janaúba XV a XX (fase II), gerou 530.545 MWh de energia no ano de 2023 (entre abril e dezembro). Estima-se 236.065,18 tonCO₂e de emissões evitadas associadas à essa geração de energia, ao substituir a energia que poderia ser proveniente de fontes fósseis, pela fonte fotovoltaica. A metodologia utilizada para o cálculo das emissões evitadas é a do Programa Brasileiro GHG Protocol. O fator de emissão (FE) utilizado para o cálculo foi o FE para Inventários Corporativos do Sistema Interligado Nacional (SIN), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)⁷. Os dados de energia gerada são obtidos do sistema e consolidados para reporte ao Inventário GEE e ao Relatório ESG Anual.

As informações de energia gerada e emissões de GEE evitadas estão disponíveis publicamente no Relatório ESG 2023⁸, de forma consolidada para todos os empreendimentos, por fonte de energia. Assim, até então a Elera não reporta a geração de energia das usinas que compõem a fase II do Complexo. Vale ressaltar que o relatório ESG anual e o Inventário de GEE são auditados externamente por um verificador independente.

Destaca-se, ainda, que o ativo atende ao critério setorial da CBI, uma vez que o projeto se enquadra na categoria de instalações de geração de eletricidade solar *onshore* e de infraestrutura de transmissão totalmente dedicada à energia renovável.

Conforme as informações publicadas no Relatório ESG de 2022⁹, o mais recente publicado, a energia gerada pelo somatório das fases I e II pode abastecer uma cidade de 4 milhões de pessoas. Outro benefício socioambiental gerados pelo projeto elegível foi a geração de empregos devido as obras e operações do complexo, que foi estimada de 3,7 mil na fase I e 2,4 mil na fase II.

Processo de seleção e avaliação dos projetos: O processo de avaliação do projeto iniciou-se pelo planejamento estratégico e operacional da implementação de um complexo gerador de energia sustentável, o Complexo Solar Janaúba, e seu sistema de transmissão dedicado. O desenvolvimento do projeto segue a Política Ambiental da Elera e é regulamentada a partir dos seguintes requisitos contidos no Manual do Sistema de Gestão Ambiental da empresa:

- Gerenciamento de Resíduos;
- Inspeções e Monitoramento Periódicos de Barragens (se aplicável);
- Política para Classificação de Barragens (se aplicável);
- Gestão Ambiental do Desenvolvimento de Projetos;

⁷ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/dados-e-ferramentas/fatores-de-emissao>

⁸ [Elera-2023-ESG-Report--Portugues-Br.pdf](#)

⁹ [elera.com/arquivo/novo/Relatorio Anual/2022/Elera-2022-ESG-Report--Portugues-Br.pdf](#)

- Gerenciamento Ambiental da Construção do Empreendimento;
- Segurança Pública nas Instalações da *Brookfield*;
- Gerenciamento de HSSE de Contratados.

O projeto contou com avaliações dos órgãos ambientais, que exigiram obtenções de licenças para sua implantação e operação, as quais foram aprovadas. Foi realizada uma *Due Diligence* pela Elera Renováveis onde foram avaliados todos os aspectos socioambientais, incluindo o atendimento as legislações ambientais vigentes. Atualmente, conta com uma avaliação interna realizada periodicamente, que garante o atendimento das legislações e requisitos legais pertinentes às atividades do empreendimento.

A Diretoria de Meio Ambiente e Responsabilidade Social é a responsável internamente pela avaliação, seleção e acompanhamento das credenciais verdes do projeto. Além disso, o Comitê de Sustentabilidade da Elera delibera sobre eventuais temas relacionados.

Gestão dos impactos socioambientais adversos: Os projetos de energia solar podem ter impacto visual, dependendo de seu porte, além de impactos para comunidades nos arredores, com a construção e ampliação de estradas, abertura de terrenos com vegetação nativa, resultando em perda de habitat, e movimentação de pessoal para a instalação da usina. As usinas podem ser alvo de licenciamento ou, em caso de usinas de menor porte, dispensadas de licenciamento ou autorizadas por documentação definida em legislação à nível estadual e municipal.

O Complexo Janaúba foi desenvolvido conforme a Política Ambiental da Elera, a partir dos requisitos contidos no Manual do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), todas as etapas de geração e transmissão de energia elétrica, incluindo as fases de desenvolvimento, engenharia e gerenciamento da construção e operação. O SGA atende aos requisitos estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO 14001 – 2015 e é baseado na Política Ambiental da empresa, dando subsídios para a mitigação dos impactos ambientais associados às atividades corporativas. Deste modo, todos os processos, produtos e serviços são verificados, considerando seus impactos e riscos no meio ambiente. O SGA ainda conta com auditorias internas e externas periódicas que avaliam o desempenho do mesmo, além de identificar necessidades de melhoria e planos de correção na gestão ambiental das atividades da empresa. A partir disto, medidas preventivas, corretivas e de controle são estabelecidas. Dessa forma, a Elera Renováveis demonstra capacidade interna adequada para garantir que os benefícios ambientais do projeto possam ser atingidos.

A Elera mantém um sistema de gerenciamento, controle e atualização da legislação e de todos os requisitos legais aplicáveis às suas operações, estabelecendo normas internas que regulamentam esses processos. Para a avaliação da performance do SGA, são estabelecidas metas corporativas, anualmente definidas pela alta direção da empresa. A Elera faz uso de uma “matriz de monitoramento de medição”, que inclui todos os pontos e parâmetros a serem monitorados e acompanhados frente aos padrões legais, metas e objetivos definidos. Para o caso de não conformidades, são traçados planos de ações específicos.

Segundo consta no manual do SGA, o diretor do departamento de meio ambiente corporativo é o representante da direção e tem a responsabilidade e autoridade de assegurar que os requisitos do sistema sejam implementados e mantidos. Além disso, o diretor é o responsável por identificar e prover os

recursos necessários para a gestão, execução e verificação das atividades da empresa.

A empresa apresentou algumas auditorias ambiental e de conformidade legal para o projeto, visando verificar o atendimento aos principais requisitos legais. A gestão ambiental, a implantação dos programas ambientais, a fiscalização dos consórcios construtores, os monitoramentos ambientais e atividades de educação ambiental e comunicação com a comunidade são de responsabilidade de uma equipe técnica contratada, de uma empresa independente, com suporte técnico da Elera.

Durante o processo de auditoria, são analisados os documentos relativos a licenciamento ambiental, supressão de vegetação, monitoramento da fauna, concessão da Aneel, qualidade do ar, outorga, efluentes, resíduos, emergências e responsabilidade técnica referente a execução de serviço técnico de gestão ambiental e implantação de programas ambientais, incluindo os programas em si.

A Auditoria mais recente, realizada em fevereiro de 2023, informa que o empreendimento apresentou 93% de conformidade. Em relação a não conformidades, a auditoria destacou os seguintes pontos de não conformidade: (i) laudo de monitoramento de ruído ambiental no 'entorno do empreendimento; (ii) protocolo do Relatório de Conformidade Avaliação de exposição de Campo Eletromagnético e Rádio frequência junto a ANATEL; (iii) Licença Ambiental ou dispensa das atividades da estação transmissora de radiocomunicação do canteiro de obras do Consórcio AKN e dos armazenamentos transitório (bota foras) de resíduos de construção civil utilizados. E, por fim, em relação a portabilidade da água, os parâmetros dureza total, sólidos dissolvidos totais e cloro residual livre não atendem à Portaria GM/MS 888/2021.

Ainda, de acordo com a Elera, o projeto não impacta em nenhuma Unidade de conservação, áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal e possui todas as áreas de reserva legais regularizadas. No entanto, a partir da análise de localização de áreas sensíveis das UFVs, foi identificado que alguns empreendimentos possuem sobreposição e proximidade com áreas cujo índice de segurança hídrica é baixo¹⁰. Assim, podendo afetar negativamente a quantidade e qualidade de água adequada para usos naturais e para abastecimento de pessoas na região. De acordo com a empresa, o consumo de água durante a fase de operação é baixo, quando comparada com a média do histórico de consumo das usinas em operação da empresa. Nesse sentido, a empresa forneceu sua certidão de registro de uso insignificante de recurso hídrica, que trata da exploração de águas subterrâneas por meio da captação de água através de poço tubular já existente. Dessa forma, o empreendimento não está sujeito a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Vale ressaltar, ainda, que os órgãos licenciadores aplicáveis não solicitaram medidas para mitigar e/ou compensar possíveis impactos em nenhuma documentação fornecida pela empresa.

Em relação a realização de estudos que identifiquem que o consumo de água durante a fase de operação das usinas é baixo, foi informado apenas que há equipamentos específicos para tal limpeza, voltado para evitar desperdício de

¹⁰ [Microsoft Word - Metodologia ISH AjustesCohid2019 dezembro 17.docx \(snirh.gov.br\)](#)

água. Para além disso, a empresa não forneceu mais informações sobre como faz para mitigar potenciais riscos atrelados.

Ao final da vida útil dos equipamentos utilizados nos projetos, incluindo placas solares, é essencial que haja gestão para o descomissionamento ou logística reversa do material utilizado. Apesar de se dizer comprometida, a Elera não apresentou compromisso formal com essa questão.

Por fim, é relevante comentar que a energia gerada pelo projeto elegível (Complexo Solar Janaúba) é destinada ao mercado livre, sendo que cerca de 120 Mwp de energia gerada pelo complexo (dois lotes do parque) serão destinadas à empresa Águas do Rio, concessionária de saneamento do estado do Rio de Janeiro¹¹. De acordo com a Elera, além de saneamento básico, os outros *offtakers* são dos setores de energia, telefonia e ferroligas. Assim, a ERM avaliou que, pelos perfis das empresas e setores das mesmas, os riscos adversos de impactos sociais e/ou ambientais indiretos são mínimos.

Nível de alinhamento com melhores práticas: A presente emissão está alinhada com o componente Seleção e Avaliação de Projetos (*Green Bond Principle 2*). No entanto, a empresa não possui um plano formalizado de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil. Ainda, o projeto elegível está localizado em área cujo índice de segurança hídrica é baixo, o que pode gerar impactos ambientais locais. Por fim, não foram disponibilizadas as informações de energia gerada e emissões evitadas especificamente para o Projeto Elegível (Janaúba XV a XX). Portanto, seu nível de alinhamento é **Confortável**.

Características da emissão: Conforme a Escritura, o valor total da emissão é de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), prazo de vencimento em 19 anos após a emissão, assim, em maio de 2043. O recurso será completamente destinado para o reembolso de gastos e despesas relativas ao projeto elegível: Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

Os recursos que serão reembolsados foram gastos nos 24 meses anteriores à emissão, em sua maioria em equipamentos como módulos solares fotovoltaicos, e foram comprovados através de extratos de declaração de importação de consumo da Secretaria da Receita Federal e Notas Fiscais, checadas pela ERM.

O lastro da emissão será a fase II de Janaúba que tem como escopo as SPE's de XV até XX. De acordo com a escritura, os custos totais de investimento no projeto e o valor da emissão que será destinada para cada projeto estão descritos abaixo.

Gestão de recursos



Tabela 2 - Custos totais e valor da emissão destinada a cada projeto

Projeto	Custos totais de investimento no projeto	Valor das Debêntures destinado ao projeto
Projeto Janaúba XV	R\$ 212.771.000,00	R\$ 92.605.909,10
Projeto Janaúba XVI	R\$ 212.094.000,00	R\$ 92.311.253,34
Projeto Janaúba XVII	R\$ 206.648.000,00	R\$ 89.940.950,15
Projeto Janaúba XVIII	R\$ 209.901.000,00	R\$ 91.356.777,60

¹¹ [Complexo de Janaúba da Elera Renováveis cria Marco para o Setor no Brasil - Elera](#)

Projeto Janaúba XIX	R\$ 209.753.000,00	R\$ 91.292.362,45
Projeto Janaúba XX	R\$ 212.511.000,00	R\$ 92.492.747,36
Total	R\$ 1.263.678.000,00	R\$ 550.000.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Elera Renováveis.

A partir das informações acima, é possível notar que o valor das Debêntures que será destinado a cada projeto é menor que o volume total de recursos financeiros necessários para a realização dos mesmos. Em média, os recursos provenientes das Debêntures que se destinarão a cada projeto representam 44% do custo total de cada projeto. Da mesma forma, o valor da emissão (R\$ 550 milhões) corresponde a 44% do valor do custo total dos investimentos dos projetos Projeto Janaúba XV a XX. Destaca-se que o Complexo Solar e a LT não foram objeto de financiamento de outras emissões temáticas.

As Debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431 sendo a totalidade dos recursos captados na emissão aplicados no projeto estabelecido, sem utilização para outras finalidades que não aquelas definidas na escritura.

Em relação a comprovação da destinação dos recursos, fica estabelecido que a emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário os documentos que comprovem a destinação dos recursos conforme estabelecido na escritura, sempre que solicitado por autoridades ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais, em até 10 dias a contar da respectiva solicitação.

Procedimentos para gestão dos recursos: A totalidade dos recursos captados pela emissora via a emissão de debêntures será utilizado por meio das subsidiárias, Sociedades de Propósito Específico (SPEs): SPE Janaúba XV, SPE Janaúba XVI, SPE Janaúba XVII, Janaúba XVIII, SPE Janaúba XIX e SPE Janaúba XX. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964 e da Resolução Nº 5.034/2022, a totalidade dos recursos captados por meio da emissão será utilizada para o reembolso de gastos e despesas relacionados à implementação do projeto composto pelas: Centrais Geradoras Fotovoltaicas – UFVs Janaúba XV a XX.

Os projetos são considerados como projetos prioritários de investimento pelo MME de acordo com as Portarias, desde que tais gastos e despesas a serem reembolsados e/ou os financiamentos de curto prazo a serem amortizados tenham sido incorridos em até 24 meses antecedentes à data de encerramento da oferta.

Ademais, vale ressaltar conforme a escritura, que a emissora se compromete a apresentar ao Agente Fiduciário, a comprovação da destinação dos recursos por meio de envio de documentos que, a critério das respectivas autoridades ou órgãos reguladores, comprovem o emprego dos recursos oriundos das Debêntures nas atividades indicadas conforme a escritura.

A escritura da emissão traz, ainda, cláusulas que reforçam o compromisso das controladas da emissora em, durante o período de vigência das Debêntures, cumprir com a Legislação Socioambiental, adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. Ainda, inclui proceder a todas as diligências exigidas para suas

	<p>atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos ambientais e abster-se de adotar práticas de trabalho análogo ao escravo.</p> <p>Destaca-se que a demonstração dos gastos no projeto elegível a serem reembolsados ocorreu a partir da comprovação da alocação dos recursos via declarações de importação da Secretaria da Receita Federal e Notas Fiscais, verificadas pela ERM.</p> <p>Recursos temporariamente não alocados: A alocação dos recursos será para o reembolso de gastos que ocorreram nos 24 meses anteriores à emissão. Desta forma, não haverá recursos temporariamente livres.</p> <p>Nível de alinhamento com melhores práticas: A presente emissão está alinhada com o componente Gestão de Recursos (<i>Green Bond Principle 3</i>). Portanto, seu nível de alinhamento é Liderança.</p>
<p>Relato</p> 	<p>Relato: A emissora se comprometeu a incluir informações acerca dos benefícios ambientais do Complexo Solar Janaúba em seu Relatório ESG, disponibilizado anualmente ao público através do site da empresa.</p> <p>Os indicadores são:</p> <p>Indicadores Ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade instalada total (GW ou MW); • Volume de energia gerado (GWh ou MWh); • Emissões de CO2 evitadas (tCO2e). <p>No entanto, o Relatório ESG inclui estas informações de forma consolidada. As informações de capacidade instalada, volume de energia gerado e emissões de CO2 evitadas são informadas por fonte de energia (solar, hidrelétrica, eólica, etc), conforme apresentado no Relatório ESG 2023¹². Assim, não será informada a capacidade instalada, energia gerada e emissões evitadas especificamente do projeto Janaúba XV a XX, de forma segregada.</p> <p>Ademais, a emissora não definiu um prazo para o reporte dos indicadores associados ao projeto elegível, não tendo previsão de encerramento.</p> <p>Como os recursos da emissão serão destinados completamente para reembolso, não haverá relato de indicadores financeiros, como por exemplo a alocação de recursos nos projetos.</p> <p>A empresa pretende tornar o Parecer de Segunda Opinião (SPO) público, através do Relatório ESG. Ademais, a empresa se compromete a obter um Relatório de Verificação Pós-Emissão, em que serão verificados os indicadores de benefícios socioambientais e analisada a gestão de riscos, em até 24 meses após a emissão, conforme as melhores práticas de mercado. Conforme a empresa, o relatório de verificação também será disponibilizado publicamente.</p> <p>Nível de alinhamento com melhores práticas: A presente emissão está alinhada com o componente Relato (<i>Green Bond Principles 4</i>). No entanto, o reporte de indicadores será feito consolidado por fonte de energia, não havendo as informações do Projeto Janaúba XV a XX de forma segregada. Ademais, o relato não possui prazo de duração definido. Assim, o nível de alinhamento da operação com o componente Relato é Satisfatório.</p>

¹² [Elera-2023-ESG-Report--Portugues-Br.pdf](#)

- Análise ASG da empresa:

Análise	Descrição
Performance ASG	A Elera possui práticas ASG adequadas e <i>know how</i> técnico de suas atividades. Sendo assim, a ERM conclui que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que a permitem receber recursos de um Título Verde.
Controvérsias ASG	Não foram encontradas controvérsias sociais e ambientais relacionadas à empresa ou ao projeto elegível.
Conclusão	Dessa maneira, a ERM considera a ERM considera a Elera apta a gerir e mitigar riscos ASG de suas operações.

Equipe técnica responsável



Camila Horst Toigo
Managing Consultant
camila.toigo@erm.com



Isadora Fraga
Consulting Senior Associate
isadora.fraga@erm.com



Cristóvão Alves
Consulting Partner
crisovao.alves@erm.com

Rio de Janeiro, 06/06/2024

3. Análise ASG da Elera Renováveis

A Elera Renováveis faz parte da *Brookfield Asset Management*, uma gestora de ativos de longa duração que atua, também, no setor de geração de energia renovável.

A Elera é uma empresa de geração de energia renovável parte de uma rede global, tendo como principais acionistas, além da Brookfield Asset Management, a Brookfield Renewable Partners e a Elera Renováveis Participações S.A. A empresa atua nos segmentos de geração de energia a partir de 92 ativos de geração de energia renovável em operação: 21 parques eólicos, 42 usinas hidrelétricas, 25 usinas solares e 4 usinas de biomassa em operação, distribuídos entre Brasil, Chile e Uruguai. De acordo com o Relatório ESG mais recente da empresa, de 2022, a capacidade instalada dos ativos da Elera é de aproximadamente 2,8 GW.

A Elera possui um guia de práticas ASG para *due diligence* de processos de fusão e aquisição de ativos de energia, implementado desde 2020. Entre os princípios adotados pela empresa, estão: i) bem-estar, saúde e segurança dos colaboradores, ii) atuação nas comunidades, iii) mitigação do impacto das operações sobre o meio ambiente e iv) negócios seguindo os padrões éticos, legais e regulatórios mais elevados. Para acompanhar e aprofundar o conhecimento sobre os diversos temas relacionados à sustentabilidade empresarial, a empresa faz parte do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), além de participar de câmaras temáticas (CTs) promovidas pelo CEBDS.

A avaliação que será apresentada a seguir diz respeito às práticas da empresa foi feita com base nas políticas sociais, ambientais e de governança da Elera. Para a análise de controvérsias, recorreu-se à pesquisa em fontes jornalísticas.

ASPECTO AMBIENTAL

Uso de Recursos

Em relação ao uso de recursos naturais, considerando a natureza da empresa e seus empreendimentos, vale destacar o consumo de recursos hídricos. Em seu relatório ESG, a empresa fornece publicamente informações a respeito do consumo de água, tanto subterrânea (poço) quanto a água da rede de abastecimento local e aquisição (caminhão pipa e galão de água mineral). Ainda de acordo com o relatório, a Elera aponta que possui um Plano de Gestão Hídrica, e que pretende mantê-lo atualizado para 100% das operações em áreas de alto estresse hídrico. Não há mais informações a respeito no relatório e a ERM não teve acesso ao documento.

Ecossistemas

Em relação ao uso consciente de serviços ecossistêmicos, a empresa destaca que pretende até 2024, desenvolver planos de gestão de biodiversidade para 100% de seus ativos, priorizando aqueles localizados em áreas sensíveis. Em 2022, foi aprovada a Política de Biodiversidade da Elera, que conta com princípios, diretrizes, pilares e compromissos estabelecidos para gestão do tema. Entre eles, estão (i) promover conhecimento sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos internamente, bem como

em comunidades do entorno dos ativos, integrando a temática aos Programas de Educação Ambiental, (ii) inserir as temáticas na estratégia de negócios da empresa e no processo de tomadas de decisão, de forma integrada ao seu SGA, (iii) potencializar ações positivas de conservação e recuperação nas regiões onde a empresa está inserida e (iv) implantar e manter Planos de Gestão da Biodiversidade (PGBs) em todos os ativos, dando prioridade para aqueles localizados em áreas sensíveis.

De forma geral, a Política visa incorporar a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos como um dos pontos relevantes para as tomadas de decisão nas variadas fases dos ativos e nos projetos futuros, praticar a hierarquia de mitigação de impactos na gestão em todas as suas fases e reconhecer a importância do fomento à execução de iniciativas voluntárias que promovam impactos positivos na conservação da biodiversidade e em serviços ecossistêmicos.

A empresa fornece publicamente os valores totais de investimentos e gastos com proteção ambiental, comparando os anos de 2021 e 2022. Entre esses investimentos estão gastos com: (i) Gestão de resíduos, (ii) Educação ambiental, (iii) Serviços de meio ambiente para atendimento a licenciamento, requisitos legais e voluntários, (iv) Reposição e restauração florestal, (v) Penalidades resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais - que foi zero em ambos os anos - (vi) Adequação de instalações e (vii) Melhoria da qualidade ambiental/despoluição.

Conforme o Relatório ESG de 2022, em 2022, havia 37 usinas próximas ou dentro de áreas de proteção ambiental, totalizando 223,4 km²¹³ de área operacional, sendo 180,30 km² integrando ou abrangendo áreas protegidas, que se caracterizam como ecossistema terrestre e de água doce conforme classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, dos Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero e das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade.

Em relação a eventuais ocorrências de supressão vegetal para implantação de seus ativos, a empresa destaca a interferência à biodiversidade, eventual alteração de habitats, geração de ruídos, efluentes e de GEE como impactos negativos potenciais. Entre as iniciativas visando minimizar tais impactos, a empresa inclui a realização de inventário e diagnóstico das ações e dos impactos na biodiversidade, monitoramento da biodiversidade por meio de programas ambientais, levantamento periódico de aspectos, impactos ambientais e barreiras de controle, segurança e suporte aplicáveis e outras ações.

Ainda, o relatório fornece informações a respeito de habitats protegidos ou restaurados, fornecendo a quantidade de áreas de proteção ambiental e áreas restauradas que possuía em 2022. Nesse sentido, vale comentar que, conforme a empresa, o resultado das atividades de recuperação é avaliado por especialistas e que o relatório conclusivo foi encaminhado para aprovação dos órgãos ambientais. Ademais, Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) são finalizados quando a área se encontra apta para a continuidade da regeneração natural sem a necessidade de intervenções ou quando o cronograma estabelecido pelo órgão ambiental terminar. Ainda sobre áreas

¹³ Valor total corresponde a áreas próprias e a usinas que operam em áreas arrendadas.

sensíveis, a Elera detalha que realiza o mapeamento de espécies encontradas em áreas de operação, realizado a partir de dados geográficos disponibilizados pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN).

Gestão de Resíduos

A gestão de resíduos sólidos da Elera Renováveis faz parte do SGA da companhia, incorporando metodologias de melhoria contínua em reciclagem a fim de aprimorar as economias locais por meio de cooperativas. O gerenciamento de resíduos sólidos da Elera é realizado em todos os ativos em construção e em operação, bem como em seus escritórios. Adicionalmente à Política Corporativa de HSSE, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da empresa possui procedimento de Gestão de Resíduos Sólidos e todos os ativos possuem Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

O sistema da Elera segue as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). No que concerne ao transporte de resíduos e produtos químicos, a Elera baseia-se nos requisitos legais da Resolução ANTT 5.232/2016, além de possuir planos de emergência junto a equipes de especialistas. Em seu Relatório ESG de 2022, a empresa ressalta que pretende aumentar a circularidade e reduzir em 20% o volume de resíduos enviados para aterro, até 2025.

De acordo com a empresa, para prevenir e mitigar potenciais impactos negativos relacionados à geração de resíduos perigosos associada à operação e manutenção dos ativos, ela realiza seus processos de monitoramento e controle de forma consistente. A Elera ressalta que busca gerenciar os impactos de forma preventiva, evitando riscos de vazamentos ou derramamentos de óleo, e tem planos de contingência para atuar sobre qualquer tipo de dano ao meio ambiente e comunidades do entorno.

Ainda, segundo a empresa, a Elera seleciona fornecedores que possuem planos de ação emergenciais implementados por equipes especializadas, com equipamentos de resposta a emergências e sistema de gestão de riscos. Assim, buscando mitigar os riscos relacionados ao transporte de resíduos e produtos químicos perigosos. Por fim, a empresa busca investir em mercados de reciclagem estão sendo feitos nas regiões de atuação, não apenas para melhorar a gestão dos resíduos, como para alavancar as economias locais.

Mudanças climáticas

A Elera também contabiliza, anualmente, suas emissões, seguindo a metodologia do Programa Brasileiro Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), tendo suas metas estabelecidas junto às lideranças de Operações e ASG. O processo de elaboração do inventário de emissões conta com a utilização de uma plataforma *cloud-based* corporativa, que visa aprimorar a governança tanto em relação à coleta de dados quanto à disponibilidade da equipe técnica que realiza as análises, visando uma gestão cada vez mais eficaz. Segundo o Relatório ESG de 2022, pela segunda vez, a Elera realizou a auditoria do seu inventário de emissões de GEE, buscando trazer maior transparência ao processo e às informações. Vale destacar que o inventário de 2022 incluiu inclusive ativos em construção: o Complexo Solar Janaúba e Complexo Eólico Seridó.

Em 2022, a empresa teve suas ações reconhecidas e conquistou do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, referente ao inventário de emissões do ano anterior, 2021, que corresponde ao nível mais alto de qualificação para inventários corporativos de emissões de GEE. De acordo com a Elera, a empresa apresenta intensidade de emissões de GEE inferior à média global e média nacional e busca alcançar o compromisso de emissões líquidas zero, para escopos 1 e 2, em 2030. Para tanto, foi traçado o Plano de Mitigação, com base no diagnóstico e nas análises sobre o conjunto de opções tecnológicas que podem reduzir as emissões no horizonte até a data do compromisso assumido.

Por fim, vale comentar que, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Elera Renováveis, a companhia faz parte do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), participando de eventos e ações do CEBDS para melhorar o conhecimento dos negócios sobre a sustentabilidade empresarial, como em biodiversidade e mudanças climáticas.

ASPECTO SOCIAL

Comunidades

De acordo com a Elera, para as comunidades do entorno dos ativos, a empresa realiza editais socioambientais anualmente buscando contribuir com o desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa pontua seu compromisso de fortalecer o desenvolvimento econômico das comunidades nos locais de atuação, buscando contratar fornecedores e mão de obra da região.

A empresa possui operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local, como: programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais (ações de investimento social privado), comitês e processos de consulta ampla à comunidade local, incluindo grupos vulneráveis (audiência pública, consulta pública ou reunião pública e canais formais de queixas por parte de comunidades locais, incluindo analistas sociais que atuam junto às comunidades, reuniões comunitárias/programas socioambientais. Além disso, a implementa projetos socioambientais nas comunidades do entorno como por exemplo ações que auxiliam na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e na organização dos grupos de coleta.

Comunidades locais são o público localizado na área de influência direta e indireta dos ativos da companhia. De acordo com a empresa, se evita ao máximo a necessidade de deslocamento de comunidades. Quando necessário, busca minimizar e mitigar os impactos para garantir a manutenção da qualidade de vida das relações sociais e culturais das pessoas deslocadas, respeitando sobretudo o princípio da isonomia. Para as pessoas deslocadas, a empresa prevê indenização, laudo de vistoria de suas moradias e benfeitorias. De acordo com a Elera, a Política de Relacionamento com Comunidades estabelece metas até 2026 e prevê participação efetiva dos moradores nas tomadas de decisões. A empresa define com a participação dos moradores questões como o local para onde as famílias serão deslocadas e as condições das novas moradias. Após o deslocamento, é realizado monitoramento para verificar a adaptabilidade da família ao novo local.

Seguindo a Política Corporativa de HSSE, a Elera mantém informações atualizadas para a Defesa Civil a respeito de vazões de suas hidrelétricas — via informativos e grupos de mensagens instantâneas. Para a comunidade, disponibilizamos a Linha de Atendimento à Comunidade (LAC), além de perfis em redes sociais e grupo de mensagens, que servem tanto para informação ativa como para recebimento de dúvidas e reclamações.

Cadeia de suprimento

A cadeia de fornecedores da Elera é composta principalmente por prestadores de serviços nas categorias de engenharia e construção, fabricantes de equipamentos, baterias e placas solares, serviços de obras e manutenção, e serviços e consultorias, como de tecnologia da informação.

Durante a avaliação dos fornecedores, a empresa considera as práticas e possíveis impactos no meio ambiente associadas as atividades contratadas. Para isso, a Elera conta com um Sistema de Gestão de *Health, Safety, Security & Environmental* (HSS&E), com base no qual os fornecedores se comprometem a cumprir os requisitos, regras e diretrizes ambientais. Segundo a Política de compras da Elera, as unidades de negócio serão responsáveis por gerir o relacionamento com fornecedores, levando em consideração critérios de saúde, segurança e meio-ambiente, qualidade, entrega, custo de propriedade, e nível de serviço prestado.

O contrato de serviço estabelece cláusulas relativas a riscos e não conformidades nos aspectos ambientais, sociais e trabalhistas, com critérios específicos de ESG na avaliação. É obrigatória a adesão ao Código de Conduta e Ética Corporativa e à Política Antissuborno e Anticorrupção e o preenchimento do formulário de Mapeamento de Risco ABC.

Além disso, o procedimento de avaliação de ESG da Cadeia de Suprimentos da Elera foi aprovado que tem como objetivo estabelecer e comunicar as diretrizes para a avaliação de fornecedores utilizando os princípios de ESG durante o fluxo de compras e contratações, bem como durante a prestação dos serviços contratados. Durante o processo de contratação, ocorre o processo de *due diligence* para riscos de contratação de terceiros, denúncias, processos ou condenações existentes, corrupção, lavagem de dinheiro, sanções econômicas e regulamentação. A avaliação também é realizada em fornecedores com transações ativas, exceto as relacionadas a arrendamento de terra, Governo, acordos *intercompany*, taxas e consórcios desenvolvidos para construção de novos ativos. Se houver identificação de impactos negativos reais ou potenciais do fornecedor, a Elera desenvolve plano de ação para prevenção e mitigação. Caso não haja resposta efetiva, a empresa considera a rescisão do contrato.

Recursos Humanos

A empresa possui uma Política de Responsabilidade Social. Esta busca dar orientações sobre práticas, princípios, diretrizes e objetivos estratégicos que assegurem o alcance de resultados positivos para o negócio, em linha com a geração de benefícios para a sociedade e o meio ambiente.

Também possui uma Política de Diversidade baseada no Código de Conduta e Ética Corporativa e no Procedimento de Indicação de Candidatos. Para endereçar a temática, a empresa conta com um Comitê de Diversidade e Inclusão, que organiza ações estratégicas de diversidade e acompanha a evolução do tema na companhia. A empresa

oferece treinamentos e desenvolvimento de pessoas para incentivar a inclusão do tema da diversidade no âmbito da liderança corporativa e na avaliação de desempenho, além de promover palestras e rodas de conversa para conscientização e “reciclagem” de pontos de vistas. A empresa também trabalha com diretrizes de atração e retenção de talentos para atender diferentes grupos de diversidade e promover condições de equidade no recrutamento de novos colaboradores. Apesar das iniciativas de diversidade, a diretoria e o conselho são formados apenas por homens. O quadro de colaboradores também é desequilibrado, com 73,4% homens e 26,6% mulheres, dados relativos ao ano de 2022. No entanto, vale comentar que, conforme o relatório ESG de 2023, houve um aumento naquele ano, considerando média e alta liderança, de 7% da representatividade de mulheres em cargos de liderança, em relação ao ano base.

Em termos de capacitação, a empresa possui uma Política de Treinamento e Desenvolvimento que estabelece diretrizes sobre a oferta de treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores. Além disso, a companhia segue as diretrizes da Política de Ambiente Positivo de Trabalho da *Brookfield Renewable Partners L.P.*, que incentiva “honestidade, isonomia, ao respeito e à dignidade, estando comprometida a proporcionar um ambiente de trabalho positivo, aberto e que aplique e incorpore esses valores”. A política ressalta a intolerância com violência, discriminação, assédio e bullying.

A Elera contém um Manual de Procedimento de Doação, Patrocínio e Investimento Social para todos os colaboradores e parceiros de negócios que queiram realizar um investimento social financeiro ou doação de bens para algum projeto ou instituição social. Esse procedimento deve estar alinhado com o Código de Conduta e Ética Corporativa, a Política Antissuborno e Anticorrupção da Elera e a legislação vigente.

Saúde e Segurança Ocupacional

Em relação a treinamentos relacionados à Saúde e Segurança, a empresa afirma que 100% dos trabalhadores que desempenham atividades com risco obtiveram o treinamento e que no ano de 2023 tivemos: 0 acidentes graves, 3 incidentes de alto risco nas atividades de construção, sem consequências graves.

A empresa desenvolveu o Sistema de Gerenciamento de Trabalho Seguro, específico para o setor elétrico e que atende a atualização recente da norma regulamentadora NR-1 (Portaria SEPRT nº 6.730/2020), que ressalta a necessidade de um sistema de gestão de riscos. O sistema é baseado em cinco pilares fundamentais: liderança, gerenciamento de risco, educação, monitoramento e controle e proteção. Cada um com seus elementos que cobrem áreas e processos estratégicos para a segurança no trabalho.

Anualmente, as unidades organizacionais da empresa devem realizar análises de riscos de saúde, segurança e meio ambiente e obter pontuação superior a 80% nas auditorias para ser reconhecidas como classe mundial em termos de segurança. Em todas as suas instalações, é conduzida uma análise de riscos para identificar a possibilidade de perigos de risco alto e médio inerentes às atividades e às unidades, reconhecer e avaliar as barreiras específicas existentes, quantificar o nível de risco de cada perigo e recomendar ações corretivas quando o nível de risco for considerado inaceitável. As análises são feitas, periodicamente, por profissionais qualificados em saúde e segurança. Após a análise inicial, uma análise de risco com maior nível de detalhe deve ser conduzida a

cada cinco anos, e as ações corretivas relativas a perigos de risco alto e médio devem ser comunicadas às auditorias gerenciais de segurança.

Existe um Plano de Contingência Corporativa que visa endereçar casos de emergências. O Plano prevê a divulgação de informações e recomendações e gerência as fases da emergência deflagrada no instante da sua detecção. Também, prevê a execução de ações de recuperação e restauração, quando aplicáveis. Ressalta-se que os Planos de Ação de Emergência (PAE) das usinas hidrelétricas foram adequados aos requisitos da Resolução Normativa 696/2015 da ANEEL. A empresa também utiliza a sistemática de investigação de incidentes utilizada pela *Brookfield Energia Renovável* para “registrar, comunicar e investigar incidentes de saúde, segurança do trabalho, segurança pessoal e patrimonial, meio ambiente”.

A empresa deve garantir, no mínimo, o atendimento básico aos padrões de segurança constituídos na legislação brasileira e na sua Política de HSS&E, oferecendo os procedimentos e programas adequados para todos os contratados e subcontratados que executam trabalhos de risco alto e médio. Uma auditoria com os próprios colaboradores é feita regularmente para avaliar os sistemas de gestão das áreas de Saúde, Segurança do Trabalho, Segurança Pessoal e Patrimonial e Meio Ambiente.

Como ferramenta de monitoramento e controle, a Elera mapeia os riscos de diversas naturezas dos locais de trabalho. Destaca-se que é estendido à Elera as “obrigações do contratado para saúde, segurança do trabalho, segurança pessoal e patrimonial e meio ambiente” determinadas em documento formal com este mesmo nome e destinado a todos os colaboradores.

Ainda sobre saúde e segurança, vale destacar o Programa de Saúde e Segurança, com diretrizes como o preenchimento obrigatório do Plano Diário de Segurança do Trabalho (PDST). Esse documento deve ser recebido por visitantes e funcionários, e explica sobre os riscos operacionais dos empreendimentos. Na Elera, as empresas terceiras passam por um treinamento de integração e processo de verificação de adequação em Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente, além de auditorias de pré-qualificação. Nos contratos de prestação de serviço, é exigida a adesão de critérios de obrigações sobre saúde, segurança do trabalho, pessoal, patrimonial e meio ambiente.

ASPECTO GOVERNANÇA CORPORATIVA

Integridade e Governança Corporativa

A Elera possui o Código de Conduta e Ética Corporativa, desenvolvido em conjunto com a alta gestão e de acordo com os padrões globais, a fim de reafirmar os princípios de confiança, transparência, responsabilidade e justiça. Outro programa relevante de *compliance* é a Política Antissuborno e Anticorrupção. Por meio desta política a empresa busca promover a prevenção e detecção de possíveis situações de fraude ou corrupção, bem como alegam desenvolver uma ação eficaz de eventuais ocorrências.

O Código de Conduta e Ética Corporativa, datado de maio de 2021, fica disponível publicamente no *site* da empresa e é aplicável a todos os funcionários, parceiros e fornecedores. O documento é uma ferramenta de orientação para relações institucionais,

peçoais e laborais, reafirmando os princípios de confiança, transparência, responsabilidade e justiça da empresa. Todos os empregados da Elera recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética, sendo tal capacitação obrigatória e monitorada pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial, entidade máxima do Programa de *Compliance*.

A área de *Compliance* da Elera define e executa anualmente um plano de comunicação e treinamento para todos os funcionários e parceiros, de forma presencial e remota, para disseminar os comunicados relacionados ao Programa de *Compliance*. Outro item desse Programa é a Política Antissuborno e Corrupção, que também fica disponível no *site* e intranet, e reúne declarações, práticas e referências sobre legislação; boas práticas e estatutos da empresa para promover a prevenção e identificação de possíveis fraudes ou corrupções.

A partir disso, foi criado um Canal Confidencial, que é acessível para os colaboradores e público externo para eventuais denúncias. O Canal é gerido por uma empresa independente que recebe qualquer tipo de comunicação que possa violar o Código de Conduta e Ética Corporativa. Esse sistema também é acessível em três idiomas, 24 horas por dia, pela internet ou telefone.

A Elera Renováveis realiza, periodicamente, com o auxílio de consultores independentes, uma análise de riscos relacionados à fraude e corrupção. A partir do que é identificado, são estabelecidas ações de mitigação destes riscos e melhorias no Programa de Compliance, como ajustes em políticas, processos e procedimentos internos ou a implantação de novos mecanismos de controle e monitoramento.

A Elera realiza auditorias internas. Essa prática tem a finalidade de verificar a adequação e eficiência dos sistemas, processos e controles internos da companhia, buscando mitigar os riscos de não conformidades acerca das legislações aplicáveis, normas internas etc. A auditoria está ligada administrativamente ao grupo Brookfield Brasil.

Transparência

Conforme o Relatório ESG de 2022, a empresa é submetida anualmente a uma auditoria interna conduzida pela Brookfield Brasil, na qual são avaliados vários níveis de desempenho, tais como aspectos socioambientais, de governança e compliance, segurança de dados, saúde e segurança e econômico-financeiros. As avaliações da auditoria geram relatórios com planos de ações e recomendações de melhorias para os processos auditados. Os resultados são acompanhados pelo órgão de governança mais alto, visando garantir que as recomendações indicadas sejam postas em prática.

A Elera segue as diretrizes da Política sobre Divulgação de Informações da *Brookfield Renewable Partners L.P* e torna público as suas demonstrações financeiras. Inclusive, vale comentar que a empresa fornece publicamente as demonstrações financeiras da Janaúba Holding¹⁴ e suas controladas, sociedade responsável pelas atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e

¹⁴ [Janaúba Holding - 31.12.2022.pdf \(elera.com\)](#)

comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados pelas Centrais Geradoras Fotovoltaicas (UFV) Janaúbas.

Por fim, vale comentar a transparência da empresa a respeito de riscos atribuídos a seus ativos. Nesse sentido, a empresa esclarece que compete à área de Riscos de Mercado a responsabilidade de capturar, analisar, mensurar e avaliar a exposição de todos os ativos a riscos contratuais. E de comunicar estes relatórios, que devem incluir como a empresa faz a gestão destes riscos, a todas as partes interessadas, sejam internas ou externas.

PESQUISA DE CONTROVÉRSIAS

Para a análise de controvérsias, recorreu-se à pesquisa de ocorrências que tenham gerado repercussão negativa, através de portais de notícias, órgãos de fiscalização ambiental e outros portais governamentais. Na pesquisa realizada anteriormente, em novembro de 2022¹⁵, haviam sido identificadas duas controvérsias que foram respondidas na época e a empresa se mostrou disposta a mostrar evidências sobre os dois casos apontados. Durante a elaboração do presente Parecer, não foram identificados novos casos associados às dimensões social, ambiental ou de governança, relacionados à Elera ou seus empreendimentos. A empresa não foi identificada na lista de cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, do Ministério do Trabalho e Emprego, atualizada em 06/12/2023¹⁶. A Elera não possui débitos decorrentes de autuações trabalhistas¹⁷, e não foi encontrada nenhuma ocorrência na Consulta de Autuações Ambientais e Embargos do Ibama¹⁸. Ademais, a empresa não foi identificada na lista de cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, do Ministério do Trabalho e Emprego, atualizada em 06/12/2023¹⁹.

¹⁵ [Elera - SPO Titulo Verde 20221121v3.pdf](#)

¹⁶ [cadastro_de_empregadores.pdf \(www.gov.br\)](#)

¹⁷ [Início - eCPMR - Secretaria de Trabalho](#)

¹⁸ [servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php](#)

¹⁹ [cadastro_de_empregadores.pdf \(www.gov.br\)](#)

4. Análise ASG do projeto elegível

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental do Complexo Janaúba, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição de uma economia de baixo carbono. Complementar a isso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

A avaliação da performance socioambiental associada a implementação das usinas foi realizada considerando a atual fase dos projetos e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*²⁰. De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação²¹, áreas quilombolas²², assentamentos do INCRA²³, territórios indígenas²⁴, sítios arqueológicos²⁵, entre outros).

A performance socioambiental do projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como **Confortável** nas dimensões Gestão Socioambiental, Ambiental, Comunidades e Trabalhadores.
- Não foram encontradas controvérsias relacionadas ao projeto elegível ou a empresa.

Mais detalhes sobre a performance ambiental do projeto elegível encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2 - Análise da performance socioambiental dos projetos

Gestão socioambiental

●●●○ **Confortável**

• Licenças e autorizações ambientais:

O Complexo Janaúba (Usinas Fotovoltaicas Janaúba (UFV) Janaúba 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20) e a Linha de Transmissão obtiveram as Licenças Ambiental Simplificadas, emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas. Assim como as demais autorizações aplicáveis, estão disponíveis tabela abaixo.

²⁰ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

²¹ <http://mapas.mma.gov.br>

²² <http://certificacao.incra.gov.br>

²³ <http://certificacao.incra.gov.br>

²⁴ <http://www.funai.gov.br>

²⁵ <http://portal.iphan.gov.br/>

Tabela 3 - Licenças e Autorizações Ambientais da Elera

Licença/ Autorização	Número Documento	Escopo	Emissão	Validade
Licença Ambiental Simplificada	918	LT JANAÚBA 500kV	18/04/2022	18/04/2032
	968	Usinas Fotovoltaicas Janaúba (UFV) Janaúba1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20	03/03/2022	03/03/2032
Autorização para Intervenção Ambiental	DAIA: 0038793-D	Cortes de árvores isoladas	29/06/2020	Definida conforme licença ambiental
	2434/2020	Supressão de área comum e de árvores isoladas para instalação da Linha Transmissão Energia).	05/08/2021	31/08/2026
	2100.01.0061 119/2021-60	Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em APPs para implantação de Rede de Média Tensão em área de preservação permanente de curso d'água intermitente	27/10/2021	27/10/2024
	2100.01.0054 474/2021-25	Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em APPs	28/09/2021	28/09/2024
	2100.01.0029 795/2022-62	Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em APPs	28/09/2022	28/09/2025
Autorização Manejo de Fauna	2100.01.0044 788/2021-35	Autoriza captura e coleta de Anfíbios, Répteis, Quiroptero fauna e pequenos mamíferos	05/11/2021	04/11/2022
Licença de pesca científica	101.121.2020	Autoriza coleta, captura e transporte de determinadas espécies.	20/09/2020	31/08/2026
Autorização para monitoramento da fauna.	66545713	Monitoramento da fauna pela Consultoria especializada Limiar Estudos e Projetos Ltda.	24/05/2023	23/05/2023
Autorização Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	o 2137/2021/C OTEC IHAN-MG/	Resposta ao despacho n 1181, informando que foram atualizadas as planilhas de controle de licenciamento ambiental com as informações sobre a anuência final concedida.	25/06/2021	N/D
	1555/2020/DI VAP IPHAN-MG	Aprova o Relatório do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Complementar - PAIPA da UFV Janaúba 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 - Município de Janaúba e Concede a anuência do IPHAN para o empreendimento	08/06/2020	N/D
	072/2019	Constata o comprimento de um empreendimento LT (linha de transmissão) 230KV da UFV Janauba de todas as exigências relativas ao patrimônio cultural	24/09/2019	N/D
	074/2019	Constata o comprimento de um empreendimento UFV Janaúba de todas as exigências relativas ao patrimônio cultural	30/09/2019	N/D

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Elera Renováveis.

De acordo com a empresa, os documentos de Autorização de Intervenção ambiental e de Manejo de Fauna que já venceram estão em processo de renovação. Não foram apresentadas evidências à ERM.

Por fim, vale comentar que, na auditoria mais recente, realizada em fevereiro de 2023, foi apontado, entre os pontos positivos verificados, o comprometimento da equipe técnica da Elera e Consórcio com a auditoria e com o cumprimento dos requisitos legais.

• Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012²⁶, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural com mais de quatro módulos fiscais em sua área deve manter um mínimo de 20% da área total com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL), caso contrário, o imóvel é isento de cumprir tal exigência.

A maioria das propriedades rurais estão em locais com menos de quatro módulos fiscais e, portanto, isentos de cumprimento de área mínima de Reserva Legal, conforme documentação fornecida pela Elera. Os projetos localizados em propriedades com mais de quatro módulos fiscais são apresentados abaixo. As informações da [Tabela 4](#) foram encontradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que demonstram a conformidade do empreendimento.

Tabela 4 - Cadastro Ambiental Rural das Propriedades com mais de 4 módulos fiscais

Nome do imóvel rural	Registro no CAR	Data de cadastro	CAR Ativo?	Módulos fiscais	Área declarada (ha)	Reserva legal declarada (ha)	Percentual de Reserva Legal (%)
Fazenda Morombinha	MG-3135100-0E8F.DBD3.11FB.41F3.9FFA.235D.DA77.7406	04/05/2016	Sim	10,09	504,65	100,71	20%
Fazenda Atalaia	MG-3135100-CCF3.9D2A.E48E.4201.A531.BBC7.CEE6.631C	05/07/2018	Sim	9,05	452,72	20,84	5%
Fazenda das Rosas	MG-3135100-9F1BE5D2C2704D52A1E120EBB164674E	04/02/2016	Sim	4,96	248,25	25,87	10%

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

Fazenda Flamboyant	MG-3135100-A656.861E.251B.418A.AC26.4164.DCBD.B7C3	15/02/2016	Sim	6,31	315,5	63,1	20%
Fazenda Nova Prima	MG-3135100-8970.A70E.FC4A.4BBA.8239.C8FA.A5DB.BACC	15/02/2016	Sim	4,95	247,41	51,82	21%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Elera Renováveis.

A partir do exposto acima, é possível concluir que, com exceção das propriedades Fazenda Atalaia e Fazenda das Rosas, todos os imóveis rurais onde se localizam o projeto elegível da Elera estão em conformidade legal. Mas, para as duas mencionadas não estão de acordo com a exigência de ter o mínimo de 20% da área total com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL). No entanto, ambos aderiram ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)²⁷. O PRA compreende um conjunto de ações e iniciativas que devem ser desenvolvidas pelos proprietários para a adequação e promoção da regularização ambiental, seja mediante recuperação, recomposição, regeneração ou compensação (exclusiva para RL).

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

As atividades associadas aos ativos da Elera envolvem potenciais riscos ambientais como supressão da vegetação, aumento das emissões de GEE, intervenção na fauna, na flora e nos recursos hídricos, além de interferir nas dinâmicas sociais dos locais onde atua diretamente. Portanto, a empresa emprega medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos socioambientais significativos, previstas em seu Relatório de Controle Ambiental (RCA), desenvolvido especificamente para o Complexo Janaúba por uma consultoria ambiental especializada. Além da caracterização do empreendimento e seus aspectos legais, o documento prove informações acerca do diagnóstico socioambiental do empreendimento, avalia potenciais impactos e sugere ações e medidas a partir da avaliação. Além do relatório mencionado, a avaliação socioambiental do projeto elegível foi baseada no Plano de Controle Ambiental (PCA), desenvolvido para a Linha de transmissão (LT) Janaúba I 500 kV.

Segundo a empresa, o seu sistema de gestão visa analisar a sua interação com o meio ambiente, estabelecendo medidas corretivas e preventivas de acordo com a classificação de seus riscos. O Manual do seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é baseado na ABNT NBR ISO 14001:2015, mas não certificado. O documento apresenta a estrutura do SGA com suas diretrizes a fim de demonstrar a conformidade da empresa perante os requisitos legais aplicáveis. No Manual, é abordada a política ambiental da companhia, que visa planejar e implementar a gestão ambiental do empreendimento, permitindo a verificação das ações realizadas para mitigar os impactos ambientais causados.

Em razão do potencial impacto ambiental do empreendimento, a empresa conta com auditorias internas e externas periódicas que avaliam o desempenho SGA e auxiliam na identificação de necessidades de melhoria e planos de correção na gestão ambiental das

²⁷ [L14595 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/L14595)

atividades da empresa. A Elera forneceu o relatório de Auditoria Ambiental e Conformidade Legal, realizada em fevereiro de 2023, que apresentou 93% de conformidade. Entre as sugestões de melhora e recomendações, a auditoria ressaltou apenas os seguintes pontos: (i) inserir as evidências pertinentes aos cumprimentos dos requisitos legais no sistema e quando pertinente, (ii) criar planos de ação para tratamento dos desvios eventualmente identificados, (iii) destinar adequadamente os resíduos de construção civil e madeira que ainda permanecem no local do canteiro de obras ou no bota fora; (iv) armazenar produtos químicos a serem utilizados na operação conforme FISPQ²⁸ e (v) encaminhar resíduos orgânicos para composteira implementada pela Elera.

Entre os impactos socioambientais negativos potenciais oriundos da implantação e operação da UFV Janaúba com base nas características locais e com base na avaliação da área de intervenção do empreendimento, mediante o que foi identificado nas vistorias de campo, estão questões relacionadas a qualidade das águas, integridade do solo, remoção de vegetação, impacto à biodiversidade, intensificação de processos erosivos, e outros, que serão abordados novamente e com mais detalhes nos itens que serão apresentados abaixo.

Ainda, vale ressaltar que, posteriormente à apresentação dos impactos destacados, são propostas ações preventivas e corretivas que visam minimizar os impactos ambientais identificados (mediante a aplicação de Programas e Projetos Ambientais) e ao acompanhamento das condições ambientais (Projetos de Monitoramento), que também serão mencionados a seguir.

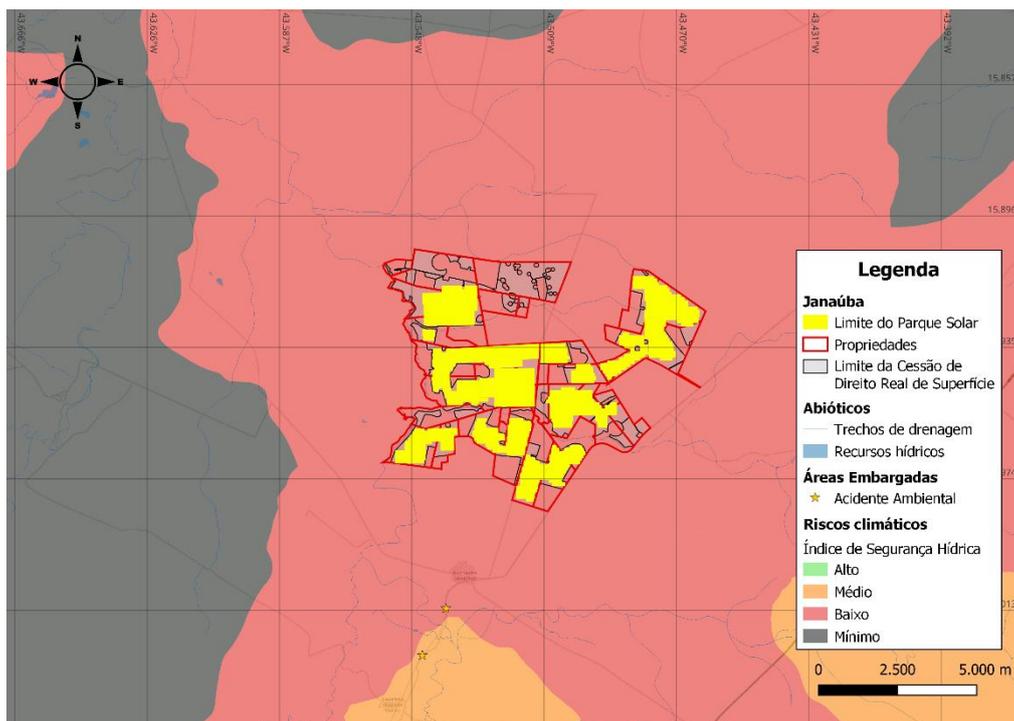
Ambiental

●●●○ Confortável

- **Interferência em áreas sensíveis:** A Figura 1 apresenta a região onde está situado o Complexo Janaúba, bem como os locais com restrições socioambientais. Não foram identificadas interferências em áreas legalmente protegidas, áreas de ocupação de populações quilombolas, indígenas, assentamentos, com presença de sítios arqueológicos ou culturais.

²⁸ Ficha de Informação de Segurança para Produtos Químicos.

Figura 1 - Localização do Complexo Janaúba



Fonte: ERM com dados de Elera Renováveis, IBAMA, IPHAN e INCRA.

No entanto, é possível notar pelo mapa que o empreendimento se localiza em uma área com nível de segurança hídrica considerado baixo. O Índice de Segurança Hídrica (ISH)²⁹ considera a infraestrutura hídrica existente no local, relaciona quatro dimensões do conceito de segurança hídrica (humana, econômica, ecossistêmica e de resiliência). O fato do empreendimento se localizar em uma região de baixa segurança hídrica pode afetar negativamente não apenas a quantidade e qualidade de água adequada para usos naturais do ciclo da água³⁰ e para abastecimento de pessoas na região, mas para uso do próprio empreendimento.

O Relatório de Controle Ambiental (RCA) destaca a intensificação da demanda por água e alterações na qualidade das águas entre os potenciais impactos negativos oriundos da implantação e operação da UFV Janaúba. A seriedade deste impacto, que pode ser negativo, de longa duração e significativo, depende das características da localidade, incluindo o local onde a água necessária para realização das ações de limpeza será captada. Nesse contexto, vale ressaltar a importância de possuir um processo de captação de água para as atividades de limpeza das placas fotovoltaicas respaldado por um processo de outorga ou utilizar fornecedor de água (como caminhão-pipa) devidamente autorizado a realizar a captação. Nesse sentido, a empresa forneceu sua certidão de registro de uso insignificante de recurso hídrica, que trata da exploração de águas subterrâneas por meio da captação de água através de poço tubular já existente. Assim, a certidão conclui que o empreendimento não está sujeito a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

²⁹ PNSH (ana.gov.br)

³⁰ Conhecido cientificamente como o ciclo hidrológico.

Em relação a questão sensível da água, dada a localização do empreendimento, vale destacar que os órgãos licenciadores aplicáveis não solicitaram medidas para mitigar e/ou compensar possíveis impactos em nenhuma documentação fornecida pela empresa.

De acordo com o RCA, a limpeza das placas fotovoltaicas, com base na experiência obtida em outros empreendimentos de mesma natureza em operação, demanda cerca de 2,0 litros de água/módulo, que é a média utilizada por empreendimentos da mesma natureza, com base na experiência da ERM. Conforme a empresa, o consumo de água durante a fase de operação é baixo, quando comparada com a média do histórico de consumo das usinas em operação da empresa.

Por fim, a empresa informou que há equipamentos específicos para a limpeza das placas, voltados para evitar desperdício de água, indicando que consumo de água durante a fase de operação das usinas é baixo. Para além disso, a empresa não forneceu mais informações sobre como faz para mitigar potenciais riscos atrelados.

- **Gestão de efluentes:**

Em relação a gestão de efluentes sanitários, tanto o Relatório de Controle Ambiental (RCA) quanto o PCA destacam que caminhões limpa-fossa recolhem os dejetos dos banheiros e descartam em uma estação de tratamento de esgoto, na fase de implementação. Já para a fase de operação, a UFV Janaúba conta com sistemas de tratamento efluentes sanitários, do tipo fossa-filtro-sumidouro. São estações fixas que constituem a primeira etapa do processo em que ocorre a decantação do material bruto. A parte líquida, já desprovida de boa parte dos sólidos em suspensão, segue para o filtro, composto por brita e areia para a filtragem mais fina dos sólidos em suspensão. No filtro que ocorre o processo anaeróbico de digestão da matéria orgânica, por meio da ação de bactérias decompositoras. Após o processo de decomposição anaeróbica o efluente vai para a última etapa do processo, em uma câmara permeável denominada de sumidouro, onde ocorre o último processo de filtragem das partículas sólidas. Este processo de filtragem é feito pelo próprio solo do terreno, que retém as partículas e permite a percolação do líquido resultante em condições adequadas de disposição na natureza.

Além disso, vale mencionar que a empresa conta com o projeto de drenagens de águas pluviais, que visa garantir o escoamento adequado das águas de chuva nas áreas dos canteiros, acessos e ao longo dos sites de implantação das placas fotovoltaicas por meio da instalação de um sistema de drenagem de águas pluviais, evitando-se a formação de focos erosivos e aporte de sedimentos no rio próximo ao empreendimento e nas regiões de dolinas. No RCA, são apresentados os aspectos metodológicos do programa, incluindo quais são os principais sistemas de microdrenagem e macronagem. Entre as técnicas sugeridas, visando a redução do potencial erosivo das águas pluviais, estão as valas revestidas, as canaletas moldadas e as canaletas pré-moldadas.

- **Interferência na biodiversidade local:**

Segundo o Relatório de Controle Ambiental, a área de inserção da UFV Janaúba faz parte de área prioritária para a conservação do Cerrado, com classificação de prioridade "Muito Alta", denominada Montes Claros. No entanto, o documento ressalta que as áreas prioritárias para a conservação não conferem qualquer elemento de complexidade ao

licenciamento ambiental e que a instrução do Ministério do Meio Ambiente sobre estas áreas é o desenvolvimento de programas de recuperação de áreas degradadas e o fomento ao uso sustentável da área. Ademais, o relatório apresenta as áreas prioritárias para a conservação do estado de Minas Gerais, destacando 112 áreas julgadas como mais importantes para a conservação da biodiversidade no estado. Após avaliar a sobreposição do empreendimento, foi concluído no RCA que nenhuma área considerada prioritária para a conservação da biodiversidade do estado de Minas Gerais integra a área de inserção da UFV Janaúba.

A empresa conta com dois programas ambientais voltados para recuperação para áreas degradadas e de monitoramento da fauna silvestre: O plano de recuperação para áreas degradadas, que inclui um conjunto de medidas destinadas a reabilitação ambiental de áreas de apoio às obras, uma vez que as obras de engenharia do empreendimento incluem estruturas que interferem no meio ambiente, podendo gerar passivos ambientais. Para a recuperação de todas as áreas impactadas, proteção dos corpos hídricos, estabilização do solo por meio do controle de processos erosivos, o RCA ressalta que devem ser tomadas as seguintes ações: (i) preparo do solo e contenção da erosão; (ii) remoção e reposição da camada fértil do solo, (iii) reapeçoamento topográfico, (iv) redução do grau de compactação/descompactação do solo e (v) manutenção da drenagem superficial e das áreas revegetadas. Por fim, a empresa destaca que a execução deste projeto pode vir a evitar e controlar potenciais processos erosivos observados na área bem como o aparecimento de novos, por meio da recomposição da proteção natural dos solos e melhor direcionamento das águas pluviais. No entanto, vale ressaltar que a empresa apenas menciona tais ações, indicando que a responsabilidade pelo projeto é do empreendedor e sem fornecer orientações detalhadas e específicas de como implementar as ações mencionadas, tampouco como monitorá-las e garantir que estão sendo feitas corretamente. E o Projeto de Monitoramento da Fauna Silvestre, que conta com identificação, coleta de amostragens e o monitoramento da fauna (herpetofauna, mastofauna voadora e não-voadora e avifauna) nas áreas de influência do empreendimento. Seu objetivo é identificar as possíveis alterações ambientais advindas da implantação do empreendimento e estabelecer ações ambientais que visem à manutenção da diversidade biológica. No entanto, apesar de fornecer orientações de como realizar a captura, identificação e quais informações coletar, o RCA não deixa claro como deve ser feito o monitoramento após essa etapa e não sugere ações posteriores no caso de identificação de quaisquer ocorrências de impacto negativo. Assim, não fornece diretrizes práticas de como garantir a não alteração na fauna silvestre a partir de potenciais impactos do Complexo.

Outra questão que pode ter interferência na biodiversidade são eventuais ocorrências de supressão de vegetação. A única autorização das UFVs para tal intervenção ambiental informa que a supressão consiste no corte de 3.322 árvores isoladas. Ainda, o documento estabelece as exigências de respeitar os limites da Reserva Legal, conservar aceiros em torno do empreendimento, não utilizar fogo sem prévia autorização do órgão competente e adotar todas as técnicas de conservação e uso do solo. Para a Linha de Transmissão (LT), ocorreu a supressão de 22,2 hectares. A Elera forneceu o comunicado de início de supressão vegetal e consequente mobilização da frente de resgate - LT 500 kV da UFV Janaúba, em atendimento à condicionante específica nº 20, contida na Autorização para Manejo de Fauna Silvestre nº 102.122/20, que exigia que a empresa informasse à

SUPRAM NM, com antecedência mínima de 3 dias, a realização de supressão vegetal e consequente mobilização de frente de resgate.

- **Uso do Solo**

Entre os potenciais impactos negativos oriundos da implantação e operação da UFV Janaúba, o RCA destaca a remoção da cobertura vegetal e proteção natural do solo, que pode afetar a diversidade florística, causar a supressão de habitats disponíveis para a fauna, intensificar processos erosivos e consequentemente, resultar na intensificação do processo de assoreamento dos cursos d'água da área.

A Elera forneceu seu Programa de Monitoramento de Processos Erosivos, relatório que apresenta os resultados da nona campanha de monitoramentos dos processos erosivos relacionados à etapa de instalação do Complexo Solar Fotovoltaico Janaúba. O monitoramento foi executado em julho de 2022, por empresa independente contratada.

O programa apresenta entre seus objetivos específicos (i) identificar os elementos físicos da região do empreendimento que podem ser determinantes da susceptibilidade à erosão (como precipitação e uso do solo), (ii) apresentar as diretrizes para controle e recuperação dos processos erosivos e (iii) estabelecer as técnicas corretas de manejo e conservação do solo que visem evitar o processo de erosão no Programa de Educação Ambiental voltado aos proprietários.

Entre a primeira campanha, realizada em março de 2021, e a mais recente, foram identificados e monitorados todos os processos erosivos e foi possível, através da análise das fichas de caracterização e registro fotográficos, elaborar uma tabela comparando o grau de risco e de evolução dos processos erosivos monitorados durante todas as campanhas executadas.

Após identificar os processos erosivos instalados, eles são classificados em diferentes graus de risco, para posterior estabelecimento de ações/medidas. Os graus de risco podem ser alterados no decorrer das campanhas, a partir das ações tomadas visando mitigá-los. Para cada tipo de processo erosivo, o relatório descreve resumidamente os métodos e técnicas para reorganização do escoamento superficial, construção de barreiras físicas e reconstituição do solo, sugeridas como medidas mitigadoras para recuperação de feição erosiva. Por fim, descreve as medidas de controle sugeridas para os processos erosivos identificados.

Nas considerações finais, a responsável pelo desenvolvimento do relatório ressalta que as técnicas de recuperação sugeridas durante as campanhas de monitoramento têm como finalidade promover a estabilização dos processos erosivos e redução do carreamento de sedimentos para a rede de drenagem natural e lagoas temporárias. Tais medidas permitem proteger o solo de erosões e reter umidade por mais tempo, facilitam a germinação do banco de semente presente no solo de forma natural. No entanto, de acordo com o relatório, não foi adotado as medidas de controle sugeridas. Para os processos erosivos para os quais não adotaram as medidas de controle sugeridas, que se tratava de evitar que o fluxo hídrico que desce da área da UFV, aumentando o poder de carreamentos dos sedimentos até a drenagem a jusante. Para este, foi mantido o mesmo grau de risco.

Ainda assim, vale comentar que o relatório concluiu que alguns trabalhos de implantação do projeto do CSF Janaúba, que resultaram na remoção a cobertura do solo, os trabalhos de terraplanagem e regularização topográfica resultaram na eliminação de alguns dos processos erosivos.

- **Resíduos sólidos:**

Conforme o relatório ESG de 2022 da empresa, a Elera conta com ferramentas de controle e remediação em todas as unidades de operação que possibilitam rápida resposta em eventos de vazamentos de óleo e químicos. Entre as medidas para uma gestão de resíduos responsável, a empresa destaca a destinação de resíduos perigosos para empresas devidamente licenciadas, a logística reversa de embalagens de herbicidas e de óleo lubrificante e PGRS nas usinas.

Em seu Relatório de Controle Ambiental, fica claro que, no Complexo Janaúba, as etapas do gerenciamento e destinação dos resíduos sólidos conta com a classificação dos resíduos (entre perigosos e não perigosos), a seleção e coleta segregada dos resíduos, e orientações de como realizar o manuseio, acondicionamento e estocagem temporária até destinação final. Nesse sentido, vale destacar que todo resíduo de obra é reutilizado se possível e sempre disposto de forma adequada em bota-foras ou aterros municipal devidamente licenciados para o determinado tipo de resíduo.

Ademais, no RCA é proposto o Plano Ambiental para Construção (PAC), na fase de implantação, que inclui o projeto de infraestrutura de saneamento do canteiro de obras, em que são incluídas diretrizes sobre gerenciamento e destinação dos resíduos sólidos e efluentes hídricos.

Vale ressaltar, ainda, que a Elera forneceu o Relatório Consolidado de atendimento à condicionante #1 da Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS)³¹ ao empreendimento LT Janaúba 500 kV. A exigência era executar atividades de gestão de resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo sistema, no âmbito do Programa de Automonitoramento. Para tanto, foi apresentada a Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados de acordo a Denominação e o código da lista do IBAMA de nº 13/2012.

No relatório é definido que a destinação dos resíduos sólidos é realizada via Sistema MTR –SEMAD³² sendo a gestão realizada através de planilha de controle, apresentada no documento. Conclui-se que todos os resíduos gerados foram destinados para empresas devidamente licenciadas, os resíduos de madeira, baldes plásticos e orgânicos foram doados para comunidade via Termo de Doação, também evidenciado do relatório.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

A empresa apresentou seu Programa de Controle da Qualidade do Ar do Complexo Solar Fotovoltaico (CSF) Janaúba. Em função da implantação do empreendimento, e eventual aumento do fluxo de veículos e utilização de maquinários durante a implantação do CSF pode acarretar no aumento os níveis de emissão de fumaça produzida principalmente por veículos e máquinas movidos a óleo diesel. Neste contexto, foi desenvolvido o programa visando o controle e monitoramento da qualidade do ar, possibilitando

³¹ Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº. 62/2022, processo nº 1370.01.0017149/2022-31.

³² Conforme determinado pela Deliberação Normativa COPAM 232 de 27/02/2019.

acompanhas possíveis alterações no ambiente ocorridas. Vale comentar que o próprio programa ressaça que tem caráter preventivo, já que permitirá identificar fontes de contaminação do ar e apontar para a necessidade de adoção ou adequação de medidas mitigadoras desses impactos.

Assim, o mesmo apresenta as diretrizes e orientações a serem seguidas pelo empreendedor e seus contratados durante as fases de implantação das obras que compõem o empreendimento. Entre os objetivos do programa estão: (i) monitorar as especificações técnicas e manutenções preventivas de máquinas e equipamentos, (ii) analisar parâmetros indicadores de emissão de material particulado em áreas afetadas pela implantação; (iii) medir periodicamente os níveis de emissão na área do empreendimento e no entorno imediato.

O documento entra em detalhes na descrição das vistorias com relato fotográfico, campanhas de fiscalização para mensuração da qualidade do ar, como realiza o monitoramento e a verificação se a concentração de partículas totais em suspensão (PTS) e monóxido de carbono (CO) estão de acordo com a legislação aplicável.

A conclusão da versão mais recente do relatório, de outubro de 2022, foi que a concentração de partículas totais em suspensão (PTS) e monóxido de carbono (CO) estavam de acordo com a legislação aplicável, abaixo do limite estabelecido pela Resolução CONAMA n 491/2018. Assim, o Índice de Qualidade do Ar se caracterizou como de boa qualidade os pontos monitorados na área de influência do empreendimento.

Comunidades



- **Saúde e segurança da comunidade:**

Não há evidência que o empreendimento traga impactos significativos à saúde e segurança de comunidades, visto que não está situado próximo a conjuntos habitacionais.

- **Impacto em comunidades tradicionais ou locais:**

De acordo com a análise de sensibilidade por georreferenciamento, o empreendimento projeto não está dentro da área de interferência direta em comunidades indígenas, áreas quilombolas ou assentamentos do INCRA.

A Elera apresentou o relatório Diagnóstico Socioeconômico da implantação da Usina Fotovoltaica Janaúba, de junho de 2021, que foi desenvolvido por consultoria independente. As informações presentes foram coletadas através de percepções junto a lideranças e representantes do poder público municipal sobre a implantação do empreendimento, pesquisa domiciliar para a caracterização socioeconômica do município, na zona urbana (sede municipal) e na zona rural, na comunidade rural próxima à UFV (Quem-Quem), da população residente no entorno do empreendimento, por fim, proprietários de terras que arrendaram áreas para a implantação da UFV.

O documento conclui que foi possível ter a perspectiva de diversos stakeholders a respeito da eficácia e efetividade das medidas que vêm sendo postas em prática pela Elera frente aos impactos socioambientais gerados pelas obras, a respeito do diálogo mantido pela companhia com suas partes interessadas; à existência ou não de conflitos sociais explícito, etc.

Entre o que foi identificado na conclusão, destaca-se que aparentemente existem padrões éticos e de responsabilidade robustos nos aspectos humano e social, de qualidade técnica, seriedade e de respeito ao meio ambiente. Ressalta-se que a perspectiva geral é de que são conduzidas ações concretas que buscam a garantia da saúde, do bem-estar e da segurança dos trabalhadores. A geração de emprego e renda são os principais pontos positivos derivados do empreendimento, citados pelos moradores. As principais preocupações manifestadas têm relação aos potenciais impactos negativos ainda não visíveis, associados à etapa de operação.

Os principais pontos de melhoria identificados consistem em: (i) fortalecer ações de comunicação e de relacionamento do empreendimento com a comunidade, lideranças e poder público municipal e (ii) reconhecer que ações sociais estão sendo desenvolvidas e identificar se os programas sociais e ambientais estão cumprindo com seus objetivos estabelecidos.

Entre as ações propostas que poderão vir a melhor contribuir para manter ou elevar o nível atual de adicionalidades sociais, ambientais e econômicas do empreendimento estão:

- Desenvolver um Planejamento de Comunicação Interna e Externa, dada o ponto apontado de melhorar a comunicação.
- Implantar Centro de Reciclagem de Painéis Fotovoltaicos em Janaúba, para a disposição correta de painéis solares danificados durante o transporte e construção e inutilizados por diversos motivos. Ressaltando-se novamente a necessidade e ter um plano de descomissionamento das placas após fim da vida útil.
- Engajamento na Implementação do Plano de Ação Nacional (PAN) para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção
- Programa de Educação Ambiental para recuperação da Caatinga e do Cerrado, promovendo a educação ambiental sobre a vegetação típica em áreas de influência direta da UFV Janaúba, junto aos moradores locais.

Em relação a comunidades locais, na auditoria ambiental e de conformidade legal mais recente, realizada em fevereiro de 2023, foi apontado, entre os pontos positivos verificados: (i) desenvolvimento de programa de Investimento Social e voluntariado, (ii) reforma da praça pública da comunidade Quem Quem, (iii) fornecimento de dessalinizador de água para a comunidade, (iv) fornecimento de serviços de adequação das instalações elétricas dos equipamentos de ar-condicionado em escola, (v) doações de kits escolares no dia das crianças e de brinquedos no natal e (vi) formação de mão-de-obra local para atuar na operação do empreendimento.

O empreendimento apoiou alguns projetos para as comunidades e para o meio ambiente, já tendo investido cerca de R\$ 10 milhões até julho de 2023, de acordo com o relatório "Contrapartidas econômicas, sociais e ambientais", do Complexo Janaúba, de julho de

2023. O documento discorre acerca de algumas das iniciativas executadas até então ou em andamento e boas práticas na gestão socioambiental. As iniciativas socioambientais são baseadas na política de Responsabilidade Social da Elera, apoiada em três diretrizes: Engajamento e Relações Transparentes com os Stakeholder, Valorização dos Recursos da Biodiversidade e Excelência na Geração. Entre as ações realizadas estão reuniões com a população local, reforma da praça que é o principal espaço de lazer da comunidade, instalação de um dessalinizador, instalação de placas solares no hospital e programas de capacitação feminina. De acordo com a empresa, o relatório “Contrapartidas econômicas, sociais e ambientais”, do Complexo Janaúba, é atualizado conforme demanda, sem uma periodicidade definida.

- **Reassentamento involuntário:**

Não há evidência de realização de reassentamento involuntário associado ao empreendimento.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Pela análise de sensibilidade socioambiental realizada, não foi identificada interferência em sítios arqueológicos e culturais.

Trabalhadores

●●●○ Confortável

- **Condições de Trabalho e Proteção da mão de obra:**

O RCA inclui programas de comunicação social, educação ambiental, proteção à saúde do trabalhador e de aproveitamento de mão de obra local. O programa de proteção à saúde possui como principais atividades palestras para os trabalhadores da obra, visando à preservação da saúde dos trabalhadores por meio da promoção de informações e conhecimentos sobre higiene pessoal, doenças infectocontagiosas, controle epidemiológico, e outros.

A empresa forneceu o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, (PCMSO), do posto de trabalho Janaúba, em cumprimento a legislação Norma Regulamentadora No. 7 (NR-7)³³. O documento discorre acerca dos riscos ocupacionais relacionados a diversos agentes: ambientais, físicos, químicos, ergonômicos, mecânicos e destaca que os riscos identificados na unidade estão mapeados no inventário de riscos e perigos do PGR. Também informa sobre o planejamento de exames dentro do programa, as ações médicas para promoção de saúde dos trabalhadores e de trabalhos em condições especiais, como alturas elevadas e eletricidade. Por fim destaca que será emitido o relatório analítico do programa anualmente contendo informações como quantidade de exames clínicos realizados, estatísticas de resultados anormais dos exames, incidência/prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, análises comparativas entre os relatórios (do ano anterior).

De acordo com a empresa, todas as usinas são equipadas com kits de emergência ambiental e as equipes de operação são treinadas para utilização dos equipamentos de

³³ [Norma Regulamentadora No. 7 \(NR-7\) — Ministério do Trabalho e Emprego \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

contenção e passam por simulados de emergência. No caso de vazamentos de maiores proporções e situações de emergência que extrapolem a capacidade de atuação da equipe de operações, a companhia firma contratos com empresas especializadas para realização da mitigação de impactos sobre o meio ambiente. A Elera registra todos os incidentes no sistema de governança, riscos e compliance (GRC) e executa uma investigação a fim de identificar a causa para propor e implantar ações de melhoria. Não fica claro quem são os responsáveis por cada etapa do processo e nem como é checado o grau de efetividade das ações de melhoria sugeridas.

A Elera apresentou o Plano de *Health, Safety, Security & Environmental* (HSS&E), que trata da execução das obras civis da área do Parque Solar Janaúba. Se trata de um documento interno, que inclui tarefas realizadas, funções (cargos) e procedimentos envolvidos no trabalho, equipamentos necessários, riscos associados, nível do risco (alto ou médio), barreiras de controle, de segurança e de suporte. Por exemplo, durante o processo de movimentação de terra, compactação e recomposição do solo, há o risco contato de pessoas com equipamento operacional pesado durante o giro da lança. Para mitigar tal risco, a empresa isola a área de operação com barreira física (barreira de controle), exige o uso de uniforme/colete de fácil visualização e alarme sonoro de movimentação do equipamento (exemplos de barreira de segurança) e, por fim, estabelece como regras paralisar o equipamento, baixar a lança, soltar o joystick e retirar os pés dos pedais quando existir pessoas dentro do raio de risco da máquina, se manter distante de equipamento, permanecer no campo de visão da máquina e fornecer sinais sonoros como aviso (exemplos de barreiras de suporte). Outros riscos incluídos no plano possuem relação com manuseio de veículos pesados, tombamento de equipamentos pesados, choque elétrico, explosão, queda de objetos e peças em pessoas durante montagem de estruturas, queda de pessoas de estruturas e andaimes, entre outros. Para cada risco, a empresa apresentou as devidas barreiras. O Plano de Health passa por análises periódicas e deve ser reavaliado e revisado caso ocorram mudanças nas condições iniciais de trabalho.

Por fim, a empresa apresentou uma matriz de riscos, um documento interno, que inclui as atividades, perigos associados com potencial de gerar dano, probabilidade de o dano ocorrer, consequências causadas, e as medidas de controle (barreira de segurança, controle e suporte). quantifica os riscos e categoriza. por fim apresenta uma lista de tarefas críticas e os procedimentos de segurança para cada atividade. A Matriz de Riscos é revista periodicamente (anualmente), seguida por uma análise de risco "detalhada" a cada cinco anos para uma revisão mais abrangente. Para além disso, não foram fornecidas mais informações ou evidências a respeito de como são monitoradas as condições de saúde e segurança ocupacional no empreendimento.

Green Bond Principles Form

Green Bond / Green Bond Program External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Rio Casca S.A.

Bond ISIN or Issuer Bond Framework Name, if applicable: Not applicable.

Independent External Review provider's name: ERM.

Completion date of this form: June 6th, 2024

Date of the review: June 6th, 2026 (estimated)

Section 2. Overview

SCOPE OF REVIEW

The review:

- assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the GBP.
- assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the GBP; please indicate which ones:
 - Use of Proceeds
 - Management of Proceeds
 - Process for Project Evaluation and Selection
 - Reporting
- assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.); please indicate which ones: *CBI*

ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- Second Party Opinion
- Verification
- Other (*please specify*):
- Certification
- Scoring/Rating

Does the review include a sustainability quality score³⁴?

- Of the issuer
- Of the project

³⁴ The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.

- Of the framework
 Other (please specify):
issuance
- No scoring

ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

Does the review include:

- The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible green and/or social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

Does the review include:

- An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy and the policies and/or processes towards their delivery?
- An identification and assessment of environmental, social, and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or frameworks for sustainability-related disclosure and reporting?

CLIMATE TRANSITION STRATEGY³⁵

Does the review assess:

- The issuer's climate transition strategy & governance?
- The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board, dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).
- If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?

³⁵ Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).

- The alignment of the issuer's proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways³⁶ that are deemed necessary to limit climate change to targeted levels?
- The comprehensiveness of the issuer's disclosure to help investors assess its performance holistically³⁷?

Overall comment on section (if applicable): ERM acted as a second-party opinion provider on Rio Casca S.A.'s second issuance of debentures. According to ERM, Rio Casca's issuance is aligned with the Green Bond Principles (GBP) and is thus eligible to market as a Green Bond. The proceeds will finance the implementation of 7 photovoltaic solar power generation plants, which are part of Complexo Janaúba and which started their operations in April 2023. The proceeds of the issuance will be directed to finance capital expenditures totaling BRL 550,000,000 million. The totality of the proceeds will be allocated to reimbursement that occurred within 24 months prior the issuance. The issuer is committed to report every year the allocation of proceeds and the environmental benefits of the project on its website, through the ESG Report, however, there is no timeframe defined. We conclude that Rio Casca S.A. is able to measure, prevent, mitigate, and offset risks and sustain the conditions that give the issuance the status of Green Bond.

Section 3. Detailed Review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the environmental/social benefits of the project(s)?
- whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- for social projects, whether the target population is properly identified?

Does the review assess if the issuer provides clear information on:

- the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- the estimated share of financing vs. re-financing (and the related lookback period)?

Overall comment on section (if applicable): The project included in the issuance are aligned with the Green Bond Principles' renewable energy category. The project

³⁶ GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..

³⁷ Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer's climate policy engagement.

categories include proceeds to photovoltaic solar power generation. The eligible project and assets are aligned with the EU Taxonomy and Climate Bonds Standards (for solar energy criteria). The environmental and climate benefits, in turn, will be evaluated and quantified by Rio Casca S.A. The proceeds will be directed to reimbursement of capital expenses that occurred within 24 months prior the issuance, which were confirmed by ERM.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Does the review assess:

- whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognized international standards? Please specify which ones.³⁸
- whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?
- any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

Overall comment on section (if applicable): The project is aligned with Elera Renovaveis' sustainability strategy and Environmental Policy and have environmental benefits, delivering positive contributions to sustainable development. The governance for project' evaluation and selection is clear and transparent and aligned with Elera Renovaveis' Environmental Management System. Their selection process includes strategic, operational, technical, and engineering studies and environmental licensing. The photovoltaic plant has generated 2,295,131.73 MWh of renewable energy in 2023 (between January and December) and the has avoided carbon emissions of 88,362.57 tCO₂eq/year in the same period.

The eligible project was selected and developed according to Elera's Environmental Policy and is regulated based on the following requirements contained in the company's Environmental Management System Manual: Waste Management, Periodic Monitoring of Dams, Environmental Management of the Project's Construction, HSSE Management of Contractors. An Environmental Control Report was developed by a specialized environmental consultancy and the eligible project has recurring environmental audits for legal compliance. The most recent one, carried out in February 2023, showed 93% compliance.

The company has presented evidence of an internal process for managing and monitoring the risks associated with the projects, mainly those related to the health and safety of the construction workers. The eligible projects are located in an area with low water security index, which can present risks related to water quality and availability. However, applicable licensing authorities have not requested measures to mitigate and/or

³⁸ The EU Taxonomy, CBI Taxonomy.

compensate for possible impacts in any documentation provided by the company. Finally, the issuer has not established a decommissioning plan procedure for the solar equipment after its end-of-life.

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

Overall comment on section (if applicable): The issuance amounts to BRL 550 million and matures in May 2043, 19 months after the issuance. The proceeds from the issuance will be used to reimburse expenses, including a maximum term of 24 months for reimbursement and refinance of operational project. The net issuance amount represents approximately 20% of the total costs of the eligible project. The project has not been nominated to other green or climate issuances and the costs to be reimbursed were documented and verified.

4. REPORTING

Does the review assess:

- the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?
- the frequency and the means of disclosure?
- the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

Overall comment on section (if applicable): Elera Renováveis is committed to reporting annually the allocation of proceeds and environmental benefits of the project, which will be disclosed in the 'ESG Report' released annually to the public on its website. However, the indicators are reported in an aggregate manner, according to the primary energy source of all assets in operation. The company will make the SPO available on its website, through the 'ESG Report' and is committed to obtaining the Post-Issuance Second Party Opinion and disclosing it publicly. For the operation, the indicators to be reported are: 1) Total installed capacity (MW); 2) Quantity of renewable energy generated (MWh/year); 3) Carbon emissions avoided concerning the energy generated (tCO₂eq/year).

Section 4. Additional Information

Useful links (e.g. to the external review provider's methodology or credentials, to the full review, to issuer's documentation, etc.)

<https://www.elera.com/>

Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals: The eligible project contribute to SDGs 7 and 13.

Additional assessment in relation to the issuer/bond framework/eligible project(s): Not applicable

Método

A análise da ERM é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Emissão – avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Social Bond Principles (SBP)*.
 - Uso dos Recursos (Use of Proceeds): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e *European Union Taxonomy*;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia da empresa e garantia de benefícios socioambientais associados;
 - Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes ou sociais;
 - Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.
- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI³⁹ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias⁴⁰ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 5 - Temáticas ASG

Dimensão	Tema
----------	------

³⁹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

⁴⁰ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2017", que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Ambiental	• Uso de Recursos
	• Ecossistemas
	• Gestão de Resíduos
	• Mudanças climáticas
Social	• Comunidades
	• Clientes
	• Cadeia de suprimento
	• Recursos Humanos
Governança	• Integridade e Governança Corporativa
	• Transparência

Fonte: ERM

3) Performance socioambiental do projeto – avaliar o projeto com base no cumprimento da legislação social e ambiental local e as melhores práticas contidas nas Normas de Desempenho da IFC (IFC-PS) e outras normas de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação de riscos ambientais do projeto;
- Contribuição do projeto ao desenvolvimento sustentável;
- Controvérsia na qual o projeto está envolvido.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 12 temas, priorizados conforme a materialidade de cada tema para o projeto.

Tabela 6 - Temáticas socioambientais

Dimensão	Tema
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS n°1) • Transparência e governo corporativo (IFC-PS n°1)
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas protegidas (IFC-PS n°6) • Impacto na biodiversidade local (IFC-PS n°6) • Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS n°3) • Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS n°3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto nas comunidades cercanas (IFC-PS n°4) • Impacto nas comunidades tradicionais (IFC-PS n°7)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho de empregados diretos e subcontratados (IFC-PS n°2) • Ação de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS n°2)

Tabela 7 - Níveis de performance socioambiental do projeto

Performance do projeto	
Superior 	O projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de

	maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.
Confortável 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.
Satisfatório 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
Insuficiente 	O projeto não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
Crítico 	O projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Legendas

Tabela 8 - Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: ERM

Controvérsias

Tabela 9 – Níveis de Severidade e Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Baixo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.
Médio	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.

Alto	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.
-------------	---

Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM



ERM

<https://www.erm.com/>